



A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NA VIDA DO TRABALHADOR RURAL

Ana Pacheco [nº 02]
Julia Maurano [nº 13]
Lígia Campos [nº 18]
Nina Sotos [nº 27]

Profº Marli de Barros
GEOGRAFIA 2ºD

INTRODUÇÃO :

No Brasil, a discussão sobre distribuição de terras no meio rural é muito ampla e envolve diversos aspectos que dizem respeito à economia, à condição social da população rural e ao compromisso com o meio ambiente. A partir dessas vertentes construímos à seguinte questão: “Como a luta e os movimentos sociais rurais influenciam as condições de trabalho, de moradia e qualidade de vida em geral, do trabalhador?”

Tendo como base essa discussão, foi realizada uma visita ao interior paulista, de 15 a 18 de maio de 2017. Lá, foram efetuadas entrevistas no Acampamento Cachoeirinha, no Assentamento Bela Vista, na Usina Santa Cruz e na Fazenda da Toca. Além disso, assistimos a palestras com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e da Feraesp, Aparecido e com o professor do assentamento Francisco Alves. Entretanto, para ter uma compreensão desses conteúdos abordados em nossa viagem e previamente em sala de aula, é preciso entender o contexto histórico no qual se baseiam. Pessoal: eu havia indicado os municípios de cada um destes lugares na correção da primeira versão. Por que vcs retiraram? É colocar.

O início da colonização do território brasileiro se caracteriza pela doação de áreas extensas de terra a particulares. Assim, a colonização se embasava na produção de gêneros agrícolas para exportação. A constituição da sociedade brasileira, por sua vez, está historicamente fundamentada no modelo econômico do latifúndio monocultor exportador. As configurações políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira, em alguma medida, derivam e são influenciadas por esse modelo.

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, alguns fatores agiram como agravantes à má distribuição de terras, principalmente a partir da segunda metade do século XX, como, por exemplo, a aquisição de extensas propriedades rurais por parte de grandes empresas, com o intuito de criar reserva patrimonial para a obtenção de créditos bancários e incentivos governamentais, o que caracteriza a transformação dessas grandes empresas capitalistas industriais urbanas em grandes proprietárias de terra.

A modernização da agricultura brasileira acabou acarretando a expulsão de muitos trabalhadores do campo e contribuiu para que alguns grupos desses

começassem a se organizar, no intuito de reivindicar o acesso à terra e o direito de nela poder viver e produzir.

As organizações de trabalhadores rurais buscando uma melhor distribuição de terras se desenvolvem de maneira expressiva a partir da década de 1950 no Brasil. É nessa década que constituem-se as Ligas Camponesas, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra. No início da década de 1960, no governo João Goulart, surgem centenas de sindicatos e confederações estaduais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) é fundada em 1964, ano em que se inicia um processo de Reforma Agrária, criando a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). No mesmo ano, com o golpe, os militares passam a reprimir as organizações de base, perseguindo duramente seus líderes. A SUPRA é extinta e em seu lugar cria-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Posteriormente, com o desenvolvimento do processo de democratização do país, desde fins dos anos setenta até meados da década de 1980, ocorre o “período de gestação do MST”, que veio a se consolidar, nos anos seguintes, como um dos mais expressivos movimentos pró-reforma agrária do país, defendendo, no seu site, que está tem a função de : “ Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros (?) e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas”. Além do mais, o movimento tem uma visão ampla da situação política e social brasileira, criticando a situação atual e colocando o sistema político decente pelo qual lutam:

“Queremos um país que crie e utilize permanentemente mecanismos de participação e decisão direta da população, nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira

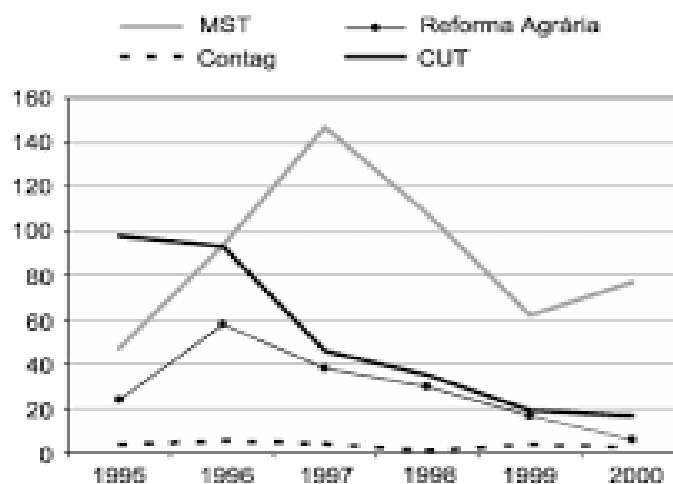
democracia popular participativa. É preciso regulamentar os plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para o povo. (...)”.

Neste contexto, também contribuirão para a construção do conceito de Educação do Campo no Brasil.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, foi criada em 1999 e tem por objetivo planejar e executar as políticas, agrária e fundiária, no âmbito do Estado. O ITESP desenvolve projetos de assentamento em terras públicas do Estado, procurando resgatar a cidadania das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente para seu sustento. Para cumprir essa tarefa, dá apoio ao fortalecimento de novos assentamentos e à segurança alimentar das famílias, oferece condições para a conservação e melhoria de terras destinadas aos projetos, proporciona assistência técnica para o desenvolvimento da produção e para acesso ao crédito agrícola, assim como promove ações para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas, incluindo apoio à comercialização de pequenas agroindústrias, visando à autonomia produtiva e ao acesso a serviços públicos essenciais.

Ainda, o ITESP atua na regularização fundiária das terras devolutas, promovendo a legitimação das posses de até 100 hectares para destiná-las aos projetos de assentamento. Para isso, realiza vistorias, avaliações, elabora planos de legitimação de posses e mantém controle sobre a utilização legítima das terras públicas do Estado.

GRÁFICO 1
Evolução do Número Total de Editoriais sobre o MST, a Reforma Agrária, a Contag e a CUT nos Principais Jornais do País
Brasil - 1995-2000



Fonte: Folha de S.Paulo; O Estado de S.Paulo; Jornal do Brasil; O Globo.

Também atua em conjunto com a União para dar apoio aos projetos de assentamentos federais no Estado e para promoção da Reforma Agrária em São Paulo.

O órgão possui uma política de mediação de conflitos fundiários, atuando para evitar a violência entre as partes envolvidas e buscar alternativas para solução das demandas. O ITESP opera em todo o Estado, podendo formalizar parcerias com os governos federais, estaduais e municipais, além de institutos de pesquisa e organizações não-governamentais para desenvolver ações compatíveis com sua missão, visando somar esforços para o fortalecimento e avanço da Reforma Agrária.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, devem ser desapropriadas terras que não cumpram com o seu papel social. Sendo assim, terras improdutivas; com trabalho escravo ou que estão fazendo uso ambientalmente incorreto, devem ser desapropriadas e redistribuídas pelo Estado para trabalhadores rurais sem terras. A partir do momento que isso ocorre, o local passa a se chamar assentamento rural.

ACAMPAMENTO CACHOEIRINHA :

Acampamento é o termo usado para a ocupação de uma terra sem função social, que de acordo com a **lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**, no art. 9, seria:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Os protagonistas dessa ocupação são indivíduos que não são proprietários, mas optam por continuar no campo, trabalhando com agricultura e pecuária, indo contra o êxodo rural. O propósito dos acampamentos é de reiterar a função do governo de realizar a reforma agrária.

No acampamento Cachoeirinha, em Boa Esperança, conversamos com adeptos dessa luta: um casal, Jessé e Luzinete, que estão com seus 6 filhos há 9

anos acampados, e com Dona Ivone, a primeira a ocupar Cachoeirinha que faz a ponte entre esse acampamento e a FERAESP, recebendo as famílias que querem se juntar ao movimento. Dona Ivone cuida da área há 21 anos, junto com seu marido, filhos e netos.

Uma das grandes dificuldades de viver num acampamento é o fato que este não é legalizado e portanto os serviços de eletricidade e água encanada não são disponíveis. Ainda mais, não tendo nota fiscal, a mercadoria produzida não pode ser vendida em supermercados ou outro comércio. Por essa razão, Jessé vende seus produtos de porta em porta na cidade.

Outra questão importante é a falta de maquinário e o alto valor de aluguel destes equipamentos (um trator, por exemplo, custa R\$200/hora). Assim, Jessé e Luzinete só podem pagar por um trator no momento de arar a terra, sendo a maioria da produção inteiramente manual.

A escolarização de Jessé só foi até o fundamental 2, e de Luzinete até o fundamental 1. Eles têm esperança, contudo, que seus filhos possam alcançar o ensino superior. O sistema de ônibus escolar, que busca os filhos de agricultores, instalado pelo município facilita o acesso à escola. Tendo crescido envolto pelas questões sociais, os mais velhos buscam seguir o caminho dos pais e atuar em causas e movimentos por terra.

Mesmo com as dificuldades, a família tem consciência de que são pequenos agricultores como eles que garantem a segurança alimentar do Brasil, com a produção diversificada de alimentos.

Outro ponto relevante é a consciência ambiental do acampamento, que tem uma área de preservação e produção orgânica de 6/7mil abacaxis. Entretanto, a plantação sofre por estar ao lado de grandes plantações em monoculturas de cana na região, que usufruem livremente do uso de agrotóxico no canavial, que acaba sendo levado para o pequeno plantio do acampamento pelo vento. Além dos agrotóxicos, o acampamento enfrenta o problema de uma praga produzida pela pelos latifundiários, que ao tentar fazer o controle biológico de pragas, modificam geneticamente um determinado tipo de mosca que protegem a cana contra outros insetos, mas que acabam migrando para as plantações vizinhas, prejudicando suas pequenas produções.

_____Retomando questões abordadas acima, podemos mapear as condições de trabalho, de moradia e de qualidade de vida em geral dos acampados.

Na entrevista com Jessé, ficamos sabendo de sua rotina antes de virar acampado, quando trabalhava numa usina: saia de casa às 4h da manhã e retornava às 23h. Agora, Jessé e sua família dormem e acordam com o sol, também começando o dia às 4h, mas se recolhendo às 19h. (Rotina provavelmente influenciada pela questão de falta de eletricidade).

Sem ter água encanada, a família de 8 pessoas depende de uma bomba de água não potável, instalada por um vizinho. Assim, a higiene que contribui com a prevenção de doenças é precária, já que dependem de um posto de saúde que fica a 6/7Km de distância, onde o atendimento é demorado.

A moradia também é complicada. Quando chegaram na área que iriam ocupar só havia mato, mas construíram um barraco onde moram hoje.

Dessa forma compreendemos que o Acampamento não provém de uma boa estrutura dentro das necessidades de uma boa condição de vida. O que está acarretado com a forma que essas pessoas são vistas em nossa sociedade e os interesses de quem está no poder e apoia ideais neoliberais que desprezam e excluem aqueles que se opõem e não tem voz na hierarquia social delimitada.

A falta de solidariedade e descaso para com essas pessoas fazem com que as mesma tenham de lutar pelo mínimo e os movimentos sociais os conscientizam para reivindicar não só o básico, mas também voz, lugar social e a quebra de preconceitos que é muito comum contra acampantes ou mesmo pequenos agricultores rurais.

Apesar disso tudo, a expectativa de Jessé e de Luzinete é alta. Os dois esperam para que no futuro a terra que ocupam seja desapropriada, se tornando um assentamento, e que assim eles tenham seu lote rural legalizada, podendo produzir em paz em sua pequena propriedade. Não desanimam em sua luta e acreditam num futuro melhor para eles e para seus filhos, apesar de reconhecerem as difíceis condições em que se encontram.

ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO :

As terras ocupadas por um grupo de pessoas sem terra que se reúne para exigir seus direitos são intituladas *acampamentos*. Quando essas pessoas conseguem se estabelecer e começar as negociações com o governo para fazer

daquela área um local destinado à reforma agrária, ela se torna um pré-assentamento. Depois de feito um cálculo da área e a divisão dos lotes entre as famílias, essas áreas se tornam um assentamento, onde as famílias conseguem o direito de uso da terra e créditos do governo para começar a construção de casas e a produção agrícola. Nesse caso, a terra é legalizada e essas pessoas não podem ser retiradas, desde que não parem a produção.

Visitamos o assentamento Bela Vista do Chibarro, que se localiza a aproximadamente 50 km da cidade de Araraquara e já existe há 28 anos. Lá fomos recebidos pela escola Hemínio Pagotto, onde tivemos uma palestra com o Profº Reginaldo. Ele nos contou um pouco sobre a história do acampamento, dos movimentos sociais envolvidos, o processo de fundação da escola e o funcionamento do assentamento.



casa assentamento Bela Vista do Chibarro,

Crédito: Maria Clara Antoniazzi

A área era ocupada anteriormente por uma fazenda de café, com um casarão do latifundiário e uma vila/colônias de trabalhadores e agregados. Com a queda do café, a área foi comprada pela usina Tamoio, monocultora de cana de açúcar, da família Morgante, que teve grande importância na primeira metade do século XX. Na década de 50, com a modernização, a usina começa a utilizar maquinários,

demandando uma mão de obra muito menor. Desse modo, demitem muitos trabalhadores, gerando muitos desempregados sem terra. A usina não paga a indenização para esses trabalhadores, gerando uma grande dívida com o governo federal.

Com a falência da empresa, grande parte das terras se tornaram improdutivas, então esses antigos trabalhadores, agora desempregados, se juntaram com outras famílias e ocuparam a Fazenda com a demanda de reforma agrária. Antes que a região fosse legalmente reconhecida como passível de reforma agrária, as famílias ficaram acampadas por três anos. Após três idas a Brasília para negociar com representantes do INCRA, a terra foi finalmente reconhecida e a população assentada.

Esse assentamento rural foi constituído a partir da Lei nº 4.957/85 que dispõe sobre os Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários do Estado de São Paulo. Essa lei possibilitou que áreas públicas com utilização fora de destinação original fossem aproveitadas para fins sociais.

A partir de 1988, o INCRA desapropria a área, formando o atual Assentamento Bela Vista do Chibarro. A fazenda foi dividida em 176 lotes, preservando duas áreas ambientais. Os lotes foram distribuídos a 176 famílias que vivem de pequena produção agrícola, predominando o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, mamona, entre outros itens.

O Assentamento conta com 210 casas de alvenaria, uma casa-sede (casarão), posto de saúde, uma igreja Católica, uma igreja da Congregação Cristã, uma igreja da Assembleia de Deus, uma igreja Adventista do 7º Dia, um campo de futebol, um terreirão para manifestações culturais comunitárias e o prédio escolar. A administração desta área é do INCRA juntamente com ITESP.

Logo que se formou o assentamento nos anos 90, surgiu a preocupação da comunidade em relação à educação das crianças. A principal questão era o fato de irem estudar na zona urbana a partir da 5ª série, podendo perder o vínculo de identidade com o campo.

Iniciado no ano de 2001 e instaurado em 2004, a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Araraquara, no Estado de São Paulo, elabora o Programa Escola do Campo, um projeto pedagógico singular para as escolas rurais. Ou seja, o Programa tem como objetivo oferecer educação de qualidade, que também envolva conteúdos que se encaixem no contexto da vida dos alunos.



casa na vila do assentamento Bela Vista do Chibarro,
Crédito: Julia Maurano

Outra questão do assentamento são os meios de produção. Carmela, que vive há 24 anos na vila, estava acampada antes de ser chamada para morar no assentamento. Em seu lote, ela e seu marido não recebem apoio financeiro, mas plantam eucalipto, milho e mandioca, todos com adubo natural, resultando em produtos orgânicos. O casal Arlete Elizabeth e Belone Ademar, tem três filhos e plantam milho em seu lote de seis alqueires. Estão ainda iniciando uma plantação de soja. Contudo, pela falta de condições financeiras eles não investem em uma produção orgânica, utilizando agrotóxicos no plantio. Eles compram sementes da CARGIL e vendem para a mesma empresa.

Apesar do assentamento estar ligado diretamente a diversos movimentos sociais, como o MST, o engajamento ainda é parcial. Há ligação entre o assentamento e os movimentos sociais, ou seja entre a FERAESP e o MST, mas a atuação desses assentados diminuiu, como pode-se notar nesse caso, Carmela não está diretamente envolvida no MST ainda mas seu marido participa ativamente. Fica assim evidente as melhores condições de vida daqueles que vivem no assentamento, em contraste com os moradores do acampamento ainda não oficialmente reconhecido.

USINA :

No terceiro dia, visitamos a Usina Santa Cruz, responsável pelo cultivo da cana-de-açúcar até o processamento que a transforma em etanol. Possui grande extensão territorial e produz em larga escala. Uma safra que possui 9 meses rende, aproximadamente, 5 milhões de toneladas de cana. Além disso, toda propriedade da região que desejar plantar o mesmo tipo de cultura terá como único destino vender o produto à usina para o processamento da matéria, visto que esta não tem outra finalidade senão o açúcar ou o álcool. Por esse motivo, tal empresa monopoliza a produção da cana na região de Américo Brasiliense/Araraquara.

O que acontece nessa área do interior de São Paulo, é somente um exemplo do modelo de agricultura predominante do Brasil. Em virtude da sua hereditariedade colonial em que predominava as *plantations*, extensivas propriedades que produziam monoculturas voltadas para o comércio internacional, hoje, ainda temos a soberania da agricultura intensiva e patronal e, assim, a distribuição de terras se da muito concentrada nas mãos de poucos, tornando-a extremamente desigual.

No local, vimos que os cortadores de cana trabalham na pequena parte da extensão que ainda não foi substituída por maquinário. Cerca de 99,3% da área total utiliza máquinas para a produção, os 0,7% restantes é impossível a implantação de mecanização por conta do terreno acidentado e, por isso, é necessário a utilização de trabalho manual, possuindo apenas uma única frente de trabalhadores (mais ou menos 40 deles). De fato, com a substituição da mão de obra pelo uso de maquinário a produção acontece de modo mais intensa visto que uma máquina produz aproximadamente 800 toneladas por dia e que o trabalhador paga seu salário com 2 dias de trabalho, enquanto a máquina paga em 1 hora. Por esse motivo, os proprietários de terra tem cada vez mais preferido utilizar maquinário para o trabalho do campo, visando somente o lucro individual sem dar a devida atenção ao desemprego que é gerado com tal ação.

Primeiramente, pudemos conversar com dois cortadores de cana que nos contaram um pouco sobre sua condição trabalhista. Trabalham de segunda a sábado das 7h às 15h, com 1h de almoço. José Airton, de 35 anos, antigamente trabalhava com a produção de laranja e de frango mas diz preferir agora por possuir melhores circunstâncias. Conta também que mora com mais duas pessoas em uma

casa alugada. José prefere trabalhar no campo ao invés da cidade e que seu sonho é algum dia ter sua própria propriedade. O outro, Amado, tem 34 anos e é de origem baiana mas atualmente mora em Américo Brasiliense junto da mulher e dois filhos numa casa alugada também. Antes de começar a trabalhar na usina estava

desempregado mas já havia feito serviços com construção civil. Não teve ensino fundamental completo, saiu quando estava na 4ª série e, assim como José, gosta de viver no campo. Para cada trabalhador é oferecido plano de saúde (que eles contam nunca ter precisado utilizar) e seguro de vida e um salário entre R\$2.000,00 - R\$2.100,00 por mês. Ambos contam que não participam de movimentos sociais e nem tem contato com os sindicatos por si, apenas por conta da empresa. Inclusive, falavam pouco sobre esse assunto, sem dar muitas informações.

Conseguimos também, conversar com Ana Claudia, a analista de treinamento da usina, de modo que poderíamos ter a visão de uma pessoa em uma situação de trabalho mais qualificada. Perguntamos à ela sua opinião pessoal sobre os movimento dos sem terra e que ela achava que eles deveriam se organizar melhor. Não concorda em dar terra para as famílias pois acredita que as mesmas não saberão administrá-la, usando a educação precária que temos no Brasil como justificativa.

No fim do dia, tivemos uma palestra com o Professor Francisco Alves, da Universidade Federal de São Carlos, que trouxe mais informações sobre a condição dos trabalhadores rurais e sobre a Usina Santa Cruz. Explica que os cortadores de cana, com o passar das décadas, tiveram que aumentar cada vez mais a quantidade de cana cortada mas em relação aos seus direitos trabalhistas pouco mudou-se durante esses anos. Na década de 80, era preciso cortar 6 toneladas por dia; de 90, cresceu para 8 toneladas; já em 2000, era necessário 12 toneladas. Em relação, especificamente, a Usina Santa Cruz, Francisco nos conta que, esta transformou os intermediários de mão de obra (gatos) em assalariados, dessa maneira, não terceirizou os trabalhadores dando certas melhores condições para eles. Além disso, remunera os empregados razoavelmente bem, se comparado a outras empresas mas isso se o trabalhador se esforçar o máximo para evitar perdas de tempo. É preciso “comer em bocadas”, disse ele, já que na maior parte das vezes não há tempo suficiente para almoçar além de não haver tempo para ir ao banheiro. Trabalhadores que operam as máquinas só podem à parar se houver falta

de cana, se não, a central é notificada que o maquinário parou sua produção e é obrigatório voltar ao trabalho.

Temos assim, o cenário da Usina Santa Cruz, onde a falta de informação sobre os movimentos sociais é grande. Os trabalhadores acabam não procurando saber sobre o assunto por, muitas vezes, não terem a consciência das melhorias que podem trazer para sua condição de vida. Além disso, há um pré-conceito vindo de pessoas com maior poder econômico que, geralmente, nem contrata funcionários que têm ligação ao sindicatos por si próprios ou aos movimentos sociais. Outro fator contribuinte é a mídia que colabora passando uma imagem violenta de tais movimentos, a qual a população no geral acredita realmente que seja.

FAZENDA DA TOCA :

A Fazenda da Toca, em Itirapira, e pertence ao Grupo Pão de Açúcar, nos mostrou soluções diferentes de tudo o que havíamos visto até então na questão do tratamento da terra, do alimento e da vida do trabalhador e suas famílias, trazendo um modelo de produção em massa inovador em comparação aos testemunhados anteriormente.

Com 2300 hectares, sendo 1500 de produção orgânica, a Fazenda abrange uma enorme produção de mercadorias que são em sua maioria cultivados a partir de um sistema de agroflorestas visando portanto manter práticas favoráveis ao meio ambiente e a natureza, deixando de lado o uso de agrotóxicos e a produção pela monocultura que desgasta e agride o solo. Essas práticas porém não estiveram sempre presentes na propriedade, antes quando administrada por Abilio Diniz, grande empresário brasileiro e pai do atual administrador, a Fazenda provinha do mesmo sistema de produção convencional brasileiro.

Desde 2009, Pedro Diniz (filho) assume a Fazenda a fim de realizar seu sonho de manter uma produção orgânica no local e desde então a mesma segue essa política diferenciada.

Observamos que a Toca pretende criar em sua terra um “mundo ideal”, tentando atender outras demandas para além da produção e buscando inovar como uma pequena sociedade que contempla a vida e o bem-estar dos funcionários,

juntamente com o incentivo pela admiração e o contato com a natureza com metodologias sustentáveis.

Ao visitarmos o local tivemos a chance de conversar com alguns dos funcionários da Fazenda e a questionar sobre aquele “mundo perfeito” e sobre as questões referentes às lutas por terra na região.

O químico da fazenda, que nos acompanhou pela visita e pela conversa, alegou que apoiava a Reforma Agrária, defendendo que a desigualdade deve diminuir e portanto que a redistribuição de terras lhe parecia justa, mas, ao ser questionado sobre as lutas e ocupações de terras que se estabelecem nas propriedades sem função social na região o mesmo não quis se aprofundar muito no assunto, e alegou que houveram queimas ao redor da região da Fazenda as quais ele não apoiava.

Roberval foi outro funcionário que tivemos a oportunidade de conversar. Trabalhador rural de apenas 24 anos já estava na Fazenda há 4 e nos contou sobre a melhora em sua vida a partir do momento em que foi contratado pelo lugar, tendo seguro de saúde, carteira assinada além da estrutura e do estilo de vida que ele diz ter melhorado demais depois de entrar em contato com a natureza.

Quando perguntamos sobre o sindicato, Roberval não nos contou muito, disse que era sindicalizado pela empresa mas que não havia ligação direta entre os dois, e que não era necessária a atuação do mesmo lá dentro devido a harmonia estável do lugar. Além disso, não soube se posicionar sobre as lutas e movimentos sociais demonstrando que não sabia muito do assunto e ainda reafirmando que, na Toca não era necessário se aderir a esse tipo de causa.

Apesar de se apresentar como uma interessante solução ao primeiro olhar, nos questionamos se o local teria de fato uma intenção e uma postura tão admirável quanto a própria diz, e nos faz imaginar qual seria o principal objetivo responsável por fomentar todos esses ideais sustentáveis. Observamos ao longo da visita que além de possuir um capital avantajado o lugar consegue se isolar, de modo a tornar-se um mundo à parte do nosso e das demais propriedades de terras produtoras, insistindo na ideia de que lá nada deve ser questionado pois as condições de vida são boas, assim como as de trabalho e dessa forma, seus funcionários, seus filhos e seus netos poderão para sempre prestar seus serviços com boa vontade, acreditando que estão vivendo o melhor que está no seu alcance e mais do que isso, o melhor que está disponível para qualquer outro trabalhador rural.

CONCLUSÃO:

Após analisarmos diferentes situações de trabalho e quem são os indivíduos envolvidos em cada uma destas, obtivemos a base necessária para avaliar e relacionar como as condições de trabalho, moradia e qualidade de vida são afetadas por essas variáveis, e principalmente, como os movimentos sociais rurais podem interferir nesta questão.

Podemos estabelecer uma complexa relação de como os movimentos sociais e os sindicatos influenciam nas condições de vida de cada um deles. Por um lado temos o acampamento e o assentamento onde foi possível perceber um maior conhecimento sobre a importância de lutar pelos seus direitos, do papel da agricultura familiar nesse quesito e da atuação dos movimentos sociais. De outro lado, temos os trabalhadores da usina e da fazenda da Toca alheios sobre tais questões de tamanha importância. Podemos dizer que é, principalmente, decorrente do local onde trabalham que acontece a alienação já que, para a grande empresa, é vantajoso que seus funcionários acreditem que as condições impostas a eles são boas pois dessa maneira, não procurarão revoltar-se e reivindicar seus direitos. Essa falta do saber estimulada pelas grandes produções resulta na falta de luta na vida dos trabalhadores, perdendo cada vez mais a noção de liberdade individual. É preciso uma melhor divulgação dos benefícios que os movimentos sociais podem trazer para a condição de vida dos funcionários sem que tal processo de comunicação expresse lado partidário ou passe uma imagem que não condiz com a realidade como podemos observar que acontece no Brasil atualmente. A grande mídia possui caráter partidário e como grande influenciadora do pensamento da população deveria passar informações que são essencialmente favoráveis ao bem-estar da grande maioria dos brasileiros que é a classe trabalhadora.

Vocês poderiam ter discutido um pouco mais como a grande mídia vem cada vez mais criminalizando os movimentos sociais. Isso tem um efeito perverso a formação da consciência social das pessoas.



Barraco de Jessé e Luzinete
Créditos: Julia Maurano

BIBLIOGRAFIA:

BARONE, L. A. Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação. Unesp FCL Araraquara, 1996.

BRANDÃO, C. R. O Divino o Santo e a Senhora. Rio de Janeiro, Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1978.

BRANDÃO, C. R. Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

CÁIRES, A.C.R. "O assentamento Bela Vista em outros tempos: Usina Tamoio- vida, trabalho e lutas". Dissertação FCL Unesp de Araraquara, 1993.

CANDIDO, Antônio, Os parceiros do Rio Bonito. CIDADE: editora, 1971.

DURKHEIM, H. Os Pensadores. São Paulo, Abril cultural, 1973.

FERRANTE, Véra Lúcia S. B.(org.) Nupedor. Retratos de assentamentos. Ano X nº9, 2004.

GOMES, T.P. de S. Um estudo das relações Sociais e Políticas do Assentamento Bela Vista De Araraquara através da Festa Junina. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, 2005.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec Unesp, 1998.

MAUSS, M. Ensaio Sobre a Dádiva. Lisboa, edições 70, 1990.

MORAIS, M.A. Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade. In: FERRANTE,V.L.S.B.(org.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas, 2005.

SIMMEL, Georg, Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal.In: SIMMEL, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1997.

STETTER, E. A. "A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?" Dissertação.FCL Unesp de Araraquara, 2000.

ZALUAR, Alba. Homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Sociabilidade e Reforma Agrária: Uma Questão em Debate. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 157-176, dez. 2006. ISSN 1516-8182. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/40/33>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MST. Quem somos - reforma agrária, sistema político. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em: 16 de julho, 2017